O direito como ativo comercial

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

Previsibilidade e a perspectiva do mercador

Para os mercadores de Singapura, a infraestrutura jurídica da colônia da Coroa era um ativo. Oferecia-lhes tribunais com juízes profissionais e direito de recurso, um direito comercial que seus correspondentes em Londres compreendiam e um legislativo em que seus representantes podiam influenciar novas leis. Protegia sua propriedade, fazia cumprir seus contratos e permitia-lhes constituir sociedades de responsabilidade limitada. Uma moeda estável lastreada na libra esterlina reduzia os riscos do comércio e do investimento.

Esses ativos atraíam capitais e negócios. Bancos, seguradoras e companhias de navegação britânicas abriram filiais em Singapura porque podiam confiar em seu sistema jurídico. Os mercadores chineses usavam os tribunais coloniais e os instrumentos do direito inglês para estruturar seus negócios e famílias, ao lado de suas instituições comunitárias. O sistema jurídico ajudou, assim, Singapura a tornar-se a capital comercial e financeira da Malaia britânica e um polo para a região como um todo.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Os limites da ordem jurídica colonial

A ordem jurídica colonial também tinha limites que devem ser registrados. Não era democrática: a maioria oficial no Legislative Council permitia ao governo adotar medidas apesar das objeções dos não oficiais, e a maioria dos habitantes não tinha voz política. O policiamento da população chinesa apoiava-se em instrumentos como o banimento de imigrantes indesejáveis, que permitia a deportação sem as garantias de um processo penal.[1] Sua receita ainda dependia fortemente do arrendamento do ópio, como mostrou o Capítulo IV da Parte A.

Esses limites não impediram o êxito comercial. Alguns deles foram herdados mais tarde pelo Estado independente, que manteve um Executivo forte, uma ordem jurídica disciplinada e uma abordagem cautelosa da política representativa. Até que ponto um centro financeiro precisa de instituições democráticas e até que ponto precisa do Estado de Direito no sentido mais estrito de uma jurisdição previsível e imparcial? A história de Singapura dá a essa pergunta uma resposta particular. A Parte F deste livro volta a ela.

A comparação com Genebra

Genebra seguiu no mesmo período um caminho muito diferente. Após a constituição federal de 1848, o direito comercial suíço foi unificado no plano federal pelo Código das Obrigações suíço (OR/CO) de 1881, que entrou em vigor em 1883 e deu às empresas suíças um direito moderno e codificado dos contratos, das sociedades comerciais e dos títulos de crédito.[2] O legislativo de Genebra era eleito, seus tribunais faziam parte de um cantão democrático e seus banqueiros participavam da política como cidadãos.

O que as duas cidades têm em comum está no resultado: em ambos os casos, uma ordem jurídica que mercadores e banqueiros consideravam confiável. A diferença está nos meios. Genebra construiu seu direito comercial por meio da legislação democrática e da codificação continental, enquanto Singapura o recebeu por meio de ordinances coloniais e da common law inglesa. O contraste prenuncia as diferenças

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

de estilo regulatório examinadas nas Partes E e K: a regulação financeira suíça assenta em leis federais detalhadas, ao passo que a regulação financeira de Singapura se apoia mais num regulador poderoso, dotado de ampla discricionariedade.

Em números

Petição dos mercadores ao Parlamento: outubro de 1857, apresentada na Câmara dos Lordes em 10 de março de 1859, com o comércio de Singapura estimado em mais de £ 12 milhões por ano. Straits Settlements Act: 10 de agosto de 1866. Transferência para o Colonial Office: 1º de abril de 1867. Legislative Council em sua constituição: quatro membros. Primeiro membro asiático: Hoo Ah Kay, 1869. Penal Code: Ordinance No. 4 de 1871, em vigor desde 16 de setembro de 1872. Evidence Ordinance: No. 3 de 1893. Juízes da Supreme Court a partir de 1885: quatro. Board of Commissioners of Currency: criado em 1897, cédulas a partir de 1899. Paridade do Straits dollar com a libra a partir de 1906: dois xelins e quatro pence. População da colônia: 306.775 em 1871 e 572.249 em 1901.[3]

Notas

1. Wikipedia, “Secret societies in Singapore” (acesso em outubro de 2026), sobre o Peace Preservation Act de 1867, que permitia a detenção e a deportação de imigrantes chineses condenados. ↩
2. O Código das Obrigações federal suíço de 14 de junho de 1881 entrou em vigor em 1º de janeiro de 1883 e foi revisto e integrado ao quadro do Código Civil em 1911; ver Ressos, *Genève, place financière internationale*, parte D, para a perspectiva de Genebra. ↩
3. Wikipedia, “Straits Settlements” (acesso em outubro de 2026): população de “306,775 in 1871” e “572,249” em 1901. ↩

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com